

Obras do Autor.....	V
Ao Leitor.....	IX
Introdução.....	1
1. Anotações sobre o Capítulo I – Diretrizes Gerais.....	3
2. Anotações sobre o Capítulo II – Dos Instrumentos da Política Urbana.....	5
Seção I – Dos instrumentos em geral.....	5
Seção II – Do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios.....	5
Seção III – Do IPTU progressivo no tempo.....	7
Seção IV – Da desapropriação com pagamento em títulos.....	7
Seção V – Da usucapião especial de imóvel urbano.....	8
Seção VI – Da concessão de uso especial para fins de moradia.....	10
Seção VII – Do direito de superfície.....	12
Seção VIII – Do direito de preempção.....	17
Seção IX – Da outorga onerosa do direito de construir.....	19
Seção X – Das operações urbanas consorciadas.....	23
Seção XI – Da transferência do direito de construir.....	33
Seção XII – Do estudo de impacto de vizinhança.....	35
3. Anotações sobre o Capítulo III – Do Plano Diretor.....	37
3.1. O plano diretor e a doutrina urbanística pátria. O Texto Constitucional e a função social da propriedade.....	37
3.1.1. Planejamento municipal: o plano diretor e o Estatuto da Cidade.....	38
3.1.2. O princípio da função social da propriedade no direito brasileiro.....	56
3.1.3. O princípio da função ambiental da propriedade no direito brasileiro.....	57
3.1.4. Função e inserção da variável ambiental no direito de propriedade.....	58

3.2. Os planos diretores e seus princípios fundamentais. Metodologia de sua elaboração e execução.....	62
3.3. A Constituição de 1988 e o plano diretor. Aspectos fundamentais.....	67
3.4. A Lei n. 10.257/2001 e o plano diretor.....	70
3.4.1. O planejamento global das atividades municipais e o plano diretor.....	70
3.4.2. As hipóteses previstas na lei em que será obrigatório o plano diretor.....	72
3.4.3. O art. 40 da Lei n. 10.257/2001 e as regras superiores do plano diretor.....	73
3.4.4. O direito de preempção e o plano diretor.....	74
3.4.5. A outorga onerosa (solo criado) depende do plano diretor.....	74
3.4.6. As alterações do uso do solo e o plano diretor.....	74
3.4.7. As operações urbanas consorciadas e o plano diretor..	75
3.4.8. A transferência do direito de construir e o plano diretor.....	75
4. Anotações sobre o Capítulo IV – Da Gestão Democrática da Cidade	81
5. Anotações sobre o Capítulo V – Disposições Gerais.....	83
Estudos Especiais.....	89

LEGISLAÇÃO

Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001 – Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.....	107
Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (excertos).....	128
Decreto-lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941 – Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública (excertos).....	129
Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965 – Institui o novo Código Florestal.....	131
Decreto-lei n. 271, de 28 de fevereiro de 1967 – Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador, concessão de uso do espaço aéreo, e dá outras providências.....	145

Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Dispõe sobre os Registros Públicos e dá outras providências (excertos).....	148
Lei n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979 – Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências	149
Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985 – Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (Vetado) e dá outras providências (excertos)	165
Constituição da República Federativa do Brasil (excertos).....	166
Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992 – Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.....	168
Lei n. 11.426, de 18 de outubro de 1993, do Município de São Paulo – Cria a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – SVMA; cria o Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES, e dá outras providências.....	176
Decreto n. 34.713, de 30 de novembro de 1994, do Município de São Paulo – Dispõe sobre o Relatório de Impacto de Vizinhança (RIVI) e dá outras providências.....	191
Lei n. 9.393, de 19 de dezembro de 1996 – Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, sobre pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária e dá outras providências (excertos).....	195